



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO NO BRASIL: UM DESAFIO A SER ENCARADO

ANA CAROLINE TRINDADE DOS SANTOS¹
TEREZA CRISTINA SANTOS MARTINS²
AUGUSTO CESAR DOS SANTOS³
JULIANE DOS SANTOS⁴
KAMILLA MARTINS CABRAL DOS SANTOS⁵

Resumo: O presente artigo objetiva, a partir de resultados parciais da pesquisa de iniciação científica/PIBIC, discutir o enfrentamento do racismo na formação profissional em Serviço Social. Trata-se de evidenciar o quantitativo de cursos de Serviço Social no Brasil que tem nos seus componentes curriculares a discussão de gênero, geração, direitos humanos, mas priorizando raça/etnia. Os dados dão conta dos desafios postos para que a formação profissional possibilite competências para um exercício profissional que atua nas respostas do Estado a uma questão social cravada de determinações étnico-raciais. Assinala também para a importância da formação profissional no enfrentamento do racismo estrutural brasileiro.

Palavras-chave: Questão étnico-racial; formação profissional; enfrentamento ao racismo.

Resumen: El presente artículo objetiva, a partir de resultados parciales de la investigación de iniciación científica / PIBIC, discutir el enfrentamiento del racismo en la formación profesional en el Servicio Social. Se trata de evidenciar el cuantitativo de cursos de Servicio Social en Brasil que tiene en sus componentes curriculares la discusión de género, generación, derechos humanos, pero priorizando raza / etnia. Los datos dan cuenta de los desafíos planteados para que la formación profesional posibilite competencias para un ejercicio profesional que actúa en las respuestas del Estado a una cuestión social clavada de determinaciones étnico-raciales. Señala también para la importancia de la formación profesional en el enfrentamiento del racismo estructural brasileño.

Palabras clave: Cuestión étnico-racial; formación profesional; enfrentamiento al racismo

Introdução

A formação profissional sempre foi temática de discussão para o Serviço Social e nos anos 2000 se consolida enquanto um campo de pesquisa cujos principais interesses dos estudos estão voltados para as Diretrizes

¹ Estudante de Pós-Graduação. Instituto Universitário de Lisboa. E-mail: <linetrindadess@yahoo.com.br>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Sergipe.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Instituto Federal de Sergipe.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Sergipe.

curriculares, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 1996, e seus processos de implementação, atualização e defesa do conteúdo político pedagógico que sustenta o atual projeto profissional no Brasil.

A centralidade da questão social e suas expressões como objetos do trabalho do/a assistente social se apresentam no projeto pedagógico dos cursos de graduação, a partir dos núcleos de fundamentação da formação social que versam sobre: os fundamentos teóricos e metodológicos da vida social; os fundamentos do trabalho profissional e os fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira. Os conteúdos estruturantes dos núcleos são incorporados nos cursos de graduação e seguem determinados princípios que diferenciam o Serviço Social e, no presente artigo, destacamos o princípio da rigorosidade no trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social.

No entanto, vinte e dois anos após a aprovação das Diretrizes Curriculares na Oficina nacional da ABEPSS, realizada em Recife, em 1996, algumas lacunas são identificadas na formação profissional, dentre as quais a ausência da questão étnico-racial no conteúdo programático incorporado pelas matérias de ensino e discutido nas disciplinas acadêmicas. O agravamento da questão social notoriamente atravessada pela questão étnico-racial e o aumento exponencial das suas expressões, a exemplo das desigualdades sociais vivenciadas pelos/as trabalhadores/as negros/as e a violência que extermina a juventude negra são indicadores da relevância de temas como racismo, discriminação e o preconceito racial no exercício profissional do/a assistente social.

Neste sentido, a partir dos resultados parciais da pesquisa de iniciação científica, realizados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), este artigo se propõe a refletir sobre a formação profissional em serviço social no enfrentamento do racismo no Brasil. Assim, em torno da preocupação com o trabalho realizado pelos cursos de graduação em Serviço Social, ofertados nas IES públicas, com as discussões que apontam para as múltiplas opressões/exploração no contexto brasileiro, construímos a pesquisa com o objetivo de identificar a presença e/ou ausência das temáticas que

envolvem a questão étnico-racial, de gênero, geração e dos direitos humanos nas IES públicas que ofertam o curso de Serviço Social.

A pesquisa foi realizada a partir dos projetos pedagógicos dos cursos, das estruturas e dos componentes curriculares que explicitem as formas de tratamento com as temáticas em questão. Diante da natureza do objeto de estudo e das suas requisições, a investigação tem caráter predominantemente qualitativo, em que se priorizou a pesquisa bibliográfica com análise documental. O universo de pesquisa abarcou todos os cursos de Serviço Social em Instituições de Ensino Superior públicas, presentes nos sítios do E-MEC, na modalidade presencial.

Os procedimentos metodológicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa envolveram a realização de revisão da literatura; levantamento, nos sites oficiais dos cursos de Serviço Social das IES públicas no Brasil, dos componentes curriculares como disciplinas com nomenclaturas explícitas em relação as questões de gênero, geração, raça/etnia e direitos humanos e àqueles componentes que, embora não apresentem explicitamente, tratam, no seu conteúdo, das temáticas referidas. E por fim a sistematização dos resultados preliminares com análise.

1. Por que a formação profissional deve garantir a compreensão da questão étnico-racial no Brasil?

O debate acerca da “questão social” no âmbito da formação profissional do Serviço social, ganhou adensamento nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil. Nesse momento, temos uma aproximação com essa categoria que nos faz compreender a sua gênese como constituída e reproduzida na sociedade capitalista. Ou seja, essa visão contribui para entendermos que a “questão social” tem ligação direta com o modo de produção capitalista e a participação da classe trabalhadora no cenário político do capitalismo nacional.

Refletir dessa forma nos possibilita afastar da visão conservadora que atribui aos trabalhadores/as a responsabilidade sobre as suas condições de pobreza, mesmo porque a sua raiz está fincada na relação de exploração do

trabalho pelo capital e o seu crescimento está umbilical e condicionalmente associado à produção da riqueza. (NETTO, 2001).

O Serviço social ao se aproximar da tradição marxista trouxe para o interior da profissão as análises sobre a “questão social” no repensar do seu exercício profissional e optar pela constituição de uma nova sociedade livre da exploração e da dominação do homem sobre o homem, fenômeno inerente às relações capitalistas. Mesmo considerando esse avanço e compreendendo a sua importância para a categoria profissional, o debate sobre a “questão social” deve ser aprofundado considerando que os processos implementados no processo de formação social brasileira repercutem até os dias atuais. O desenvolvimento capitalista nacional pensado a partir da marginalização do/a trabalhador/a negro/a da classe operária expressa o quanto a questão social deve ser pensada a partir da formação social brasileira. Nesse sentido, Santos (2008, p. 45, grifos da autora) assinala:

(...) identifica-se nesse ponto uma **ausência de incorporação das investigações sobre a formação social brasileira para pensar as particularidades da “questão social” no Brasil**. Isso implica ultrapassar o nível genérico do debate teórico-conceitual apanhando as mediações sóciohistóricas próprias ao nível da formação social, para além das suas determinações em termos do modo de produção capitalista. Dizendo de outro modo: para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social”.

Portanto, deve-se ultrapassar a análise sobre a “questão social” que gira em torno apenas da relação da exploração do capital. Isso não significa dizer que devemos desconsiderar essa forma de análise, muito pelo contrário, é perceber que ela não dar conta das particularidades da sociedade brasileira, uma vez que a emergência do capitalismo em cada país dar-se de forma diferenciada. O que se propõe é não limitar o debate puramente na relação capital- trabalho, invisibilizando mediações que são significativas no processo de reprodução e ampliação das desigualdades sociais. É aproveitar-se do método de análise para compreender o surgimento do capitalismo no Brasil e todas as mediações que proporcionaram o seu desenvolvimento.

No caso da formação da sociedade brasileira, é fundamental compreender a questão étnico-racial, sobretudo diante do entendimento de que a escravidão dos/das negras/as possibilitou a estruturação do capitalismo na Europa e a sua consolidação e reprodução se efetiva das repercussões e desdobramentos dos meios adotados para a acumulação primitiva. Tal compreensão é importante em qualquer análise da questão social no Brasil. No entanto, a análise que se apresenta no Serviço Social aparece cativa do que lamamoto (2001b, p. 18) chama de “[...] discurso genérico, que redundava em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais”. Santos (2008, p. 47) ao perseguir essa indicação na análise das particularidades da questão social conclui

[...] que, por motivos diferentes, tanto os textos com foco no debate teórico entre as concepções de “questão social”, quanto os que pretendem uma abordagem de suas expressões no Brasil, tendem a tornarem-se “prisioneiros da armadilha” da “universalidade”. Isso aponta, na minha apreciação, uma lacuna investigativa no que toca à incorporação das particularidades do capitalismo brasileiro enquanto fatores essenciais à compreensão das expressões da “questão social”.

Martins (2015) evidencia o esforço de Santos (2008) no debate acerca do aprofundamento das expressões da questão social no Brasil e aponta para a necessidade de adensar o debate no sentido de apreender suas nuances em nossa sociedade brasileira. Para a autora outros esforços devem ser empreendidos “no âmbito das particularidades do capitalismo brasileiro, [de modo a] investigar [...] expressões particulares da “questão social” produzidas e reproduzidas com a imbricação de múltiplas determinações – inclusive da étnico-racial (...) (MARTINS, 2015, p. 177). A indicação é acompanhada da compreensão de que

“a pobreza não tem como determinação o racismo. Ela é determinada pela exploração do trabalho pelo capital, pela riqueza socialmente construída e sua apropriação privada. No entanto, na formação social brasileira, não podemos tomar essas determinações como exclusivas para a análise da condição social dos(das) trabalhadores(as) negros(as) e da sua inserção quantitativa nas várias expressões da “questão social”. (MARTINS, 2013, p.13).

Diante desse entendimento, é preciso no âmbito do Serviço social realizar esforços que possibilite ao profissional compreender a realidade em que atua e as repercussões históricas, políticas, econômicas e sociais de um passado que

impacta contemporaneamente, principalmente quando se têm presente as seguintes indicações:

Entendemos como Ianni (1989) e Silva (2005), também ancorada em Ianni, que desde o Brasil Colônia e Império havia uma questão social latente estruturada por uma questão racial, pois no contexto da servidão negra foi preciso mais que força física para lograr a submissão. Várias instituições e ideologias foram utilizadas para conter as revoltas negras, e o dispositivo da ideologia da inferioridade racial foi legitimado na esfera da ciência, filosofia, política e teologia disseminando a ideia que havia uma inferioridade natural na população negra. Assim, raça foi utilizada para demarcar as diferenças entre os vários povos e hierarquizá-los, fazendo-os também acreditar em sua inferioridade. Todavia, se o sistema de opressão opera no sentido da coisificação dessa população, também, deixa brechas para sua organização. Esta população colocada à margem sempre se organizou e sonhou com um outro modelo de sociedade. Assim, podemos trazer a lembrança dos Quilombos dos Palmares. Não precisando ir muito distante, a Bahia foi palco de várias insurreições e organizações de ajuda mútua. (OLIVEIRA, 2015, p. 43).

Assim, não se trata apenas de tirar da invisibilidade a questão étnico-racial tomada, em suas múltiplas feições, como resistência negra diante da exploração forçada para atender os desígnios do capitalismo europeu em terras brasileiras. Trata-se de permitir que “a análise do fenômeno racial abra as portas para que o marxismo cumpra a sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas” (ALMEIDA, 2016, p. 24). E, nesse sentido, tornar possível a apreensão da questão social brasileira a partir dos “processos engendrados pelo capitalismo tardio [que] se efetivaram na estreita relação com a definição de uma força de trabalho de origem europeia” (MARTINS, 2016a, p. 44), cujas relações de trabalho atingem toda a recente classe trabalhadora formada a partir de 1888, mas que as relações de trabalho superexploradas apesar de atingirem toda a classe trabalhadora “se volta fundamentalmente para àquela parcela expurgada do processo produtivo instaurado a partir da abolição do trabalho escravo: o trabalhador negro.” (MARTINS, 2016a, p. 44).

Em um país onde os indicadores sociais apontam a majoritária presença dos/as trabalhadores/as negros/as nas principais expressões da questão social - como pobreza, desemprego, trabalhos precários e/ou informais -, faz-se necessário profissionais com competências que lhes possibilitem realizar reflexões sobre o racismo institucional e, buscar formas de enfrentamentos. Em

seus estudos Martins e Santos (2016 b, p. 53) nos apresenta reflexões significativas acerca das desigualdades. Referendadas no censo do IBGE e PNAD (2009 e 2010) as autoras afirmam,

[...] A condição étnico-racial é uma dessas condições reiteradas da desigualdade no Brasil. Observa-se através dos dados: em 2010, o censo dá conta da existência de 16,267 milhões de brasileiros vivendo em condições de extrema pobreza no país. Aliás, pobreza amplamente notabilizada, em 2009, pela presença de mais de 70% de negros entre os integrantes do Programa Bolsa Família (PAIXÃO, et al., 2010); no período de 1995 a 2006, dos desempregados no país 60,4% eram negros e pardos e 38,3% eram brancos (PAIXÃO; CARVANO, 2008); em 2010, o rendimento médio mensal dos trabalhadores brancos R\$ 1.538,00 chegou próximo do dobro do valor relativo do rendimentos dos trabalhadores pretos (R\$ 834,00) e pardos (R\$ 845,00) (IBGE, 2011); em 2008, “entre os 10% mais pobres, 25,4% se declararam brancos, enquanto 73,7% eram pretos e pardos”. Essa relação se converte entre o 1,0% mais rico: 82,7% eram pessoas brancas e apenas 15% eram de cor negra e parda (IBGE/PNAD,2009, p. 187).

Os dados reiteram o que historicamente o Movimento Negro afirmou: a pobreza no Brasil indica raça/etnia e dentre os mais pobres se encontram os trabalhadores os/as pretos/as e pardos/as. Por essas indicações, um profissional que atua no enfrentamento das expressões da questão social, elaborando, planejando, executando e avaliando políticas públicas, não deve prescindir, em sua formação profissional, de conteúdos sobre a questão étnico-racial, sobretudo pelo risco de suas competências serem prejudicadas pelas demandas que cotidianamente se apresentam no seu exercício profissional. É fato: “no contexto atual as respostas que o Estado brasileiro tem dado às sequelas do capital são direcionadas à questão étnico-racial, embora não sejam assim apresentadas ou discutidas” (MARTINS; SANTOS, 2016 b, p. 53). Diante dessa realidade é relevante questionar:

Como o Serviço Social brasileiro tratou as questões étnico-raciais historicamente? Como determinantes sociorraciais estão sendo trabalhados, apresentados, na formação de assistentes sociais? Existe na categoria profissional e entre os seus teóricos, aparato teórico e metodológico para lidar com esta demanda? As questões étnico-raciais e de gênero estão no escopo da “questão social”? (OLIVEIRA, 2017, p. 385).

O preconceito étnico-racial, a discriminação racial, a opressão, o desrespeito às diferenças, as mais diversas formas de desigualdade social, são expressões de uma questão social que se apresenta hoje, trazendo “[...] tanto

marcas do passado quanto do presente [...]” (Iamamoto, 2015, p.37). Por essa razão, é fundamental que se estabeleça dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) uma proposta de atualização e incorporação das discussões sobre a questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Serviço Social do Brasil para que a temática seja incluída nas grades curriculares. Ressaltamos ainda, que seja de caráter obrigatório às disciplinas que abordem a questão étnico-racial enquanto conteúdo programático, sobretudo quando se sabe que

[...] a temática étnico-racial não é compreendida, de igual forma, pelas IES brasileiras. Que algumas dessas unidades formadoras, não a têm como disciplina obrigatória e também não a considera como disciplina oferecida especificamente para a formação em Serviço Social.

Observamos que, em sua maioria, são matérias de caráter optativo. Com isso os estudantes podem ou não incluí-las no seu processo de formação, dificultando mais uma vez a possibilidade de uma formação mais plural acerca das questões étnico-raciais. (Oliveira, 2017, p. 394-395)

Historicamente, a questão social se constituiu enquanto objeto de trabalho do/a assistente social sendo imprescindível a discussão acerca da questão étnico-racial na formação profissional da categoria, dado o processo de formação sócio-histórica brasileira. Não podemos se quer pensar a formação de assistentes sociais desvinculada desse debate, mesmo porque se “[...] não dá para debater o racismo sem minimamente buscar os seus nexos com a ‘questão social’ brasileira e com as suas múltiplas expressões (MARTINS, 2013, p.11)”, também não é possível dar conta da questão social brasileira sem compreender o racismo. Por isso, um dos nossos maiores desafios é criar alternativas ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa capazes de reinventar dia-a-dia o exercício e a formação profissional pautados numa competência crítica e reflexiva frente às transformações societárias vigentes e ao racismo estrutural.

2. Presença da temática étnico-racial nos cursos de Serviço Social no Brasil.

O debate acerca da questão étnico-racial aparece com frequência enquanto temática de projetos de pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior (IES), entretanto, no ensino, ela está defasada no que diz respeito às

estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social em todo o Brasil. Assim, corroboramos com Oliveira (2017, p.396), “[...] Acreditamos que o racismo permeia e define todas as relações sociais neste país e, desta forma, o Serviço Social e os assistentes sociais não podem ser percebidos fora deste contexto social.”

Ao buscar analisar a formação profissional do Serviço Social brasileiro, verifica-se, conforme tabela 1, a existência de 68 Cursos ofertados por 54 IESs públicas – Federais, Estaduais e Municipais – localizadas nas cinco regiões brasileiras. Uma primeira evidência é que as regiões com maior concentração de população possuem também a concentração de instituições públicas de ensino superior. Ressaltamos que na região nordeste a criação de universidades públicas é recente sendo resultado do complexo processo expansão das universidades públicas nos últimos dez anos.

Os dados levantados são fundamentais para compreender que as nomenclaturas presentes nas estruturas curriculares não são suficientes para dar conta da análise acerca das temáticas que envolvem gênero, geração, raça/etnia e direitos humanos, pois, existem disciplinas que não carregam em sua nomenclatura as categorias utilizadas nesse estudo, mas que seu ementário traz explicitamente a existência do debate relacionado ao tema.

Tabela 1 – Quantitativo de Cursos presenciais em Serviço Social nas IES públicas brasileiras

REGIÃO	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	TOTAL	GERAL
Centro-Oeste	-	-	04	04	
Nordeste	01	04	11	16	
Norte	-	02	05	08	68
Sudeste	01	08	14	25	
Sul	01	08	06	15	

Fonte: BRASIL, e-MEC. disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

As regiões que possuem o maior quantitativo de Universidades públicas também são aquelas que oferecem em seus cursos o maior leque de disciplinas com as temáticas pesquisadas. No total são (226) duzentas e vinte e seis disciplinas sendo (110) cento e dez obrigatórias e (116) cento e dezesseis optativas. Elas são assim distribuídas: (16) dezesseis da região Centro-Oeste; (48) quarenta e oito no Nordeste; (18) dezoito no Norte; (96) noventa e seis no Sudeste e (48) quarenta e oito Sul. Um elemento importante para se verificar nesse debate é que o quantitativo de disciplinas obrigatórias, conforme os resultados da pesquisa, é menor diante do quantitativo de disciplinas optativas, (110) cento e dez e (116) cento e dezesseis respectivamente.

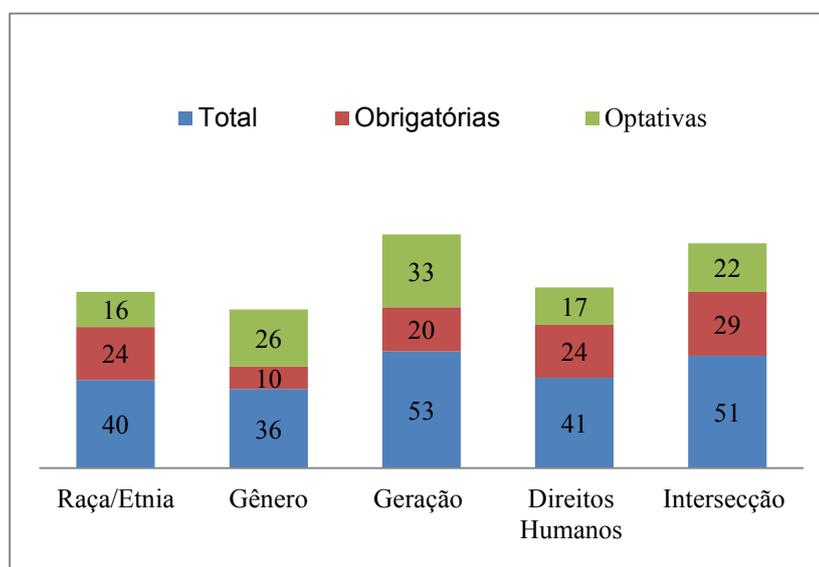
Como se pode visualizar, o Sudeste se destaca em ofertas em disciplinas com as temáticas em estudo, Norte e Centro-Oeste praticamente se equivalem, e Nordeste e Sul empatam com (48) quarenta e oito disciplinas cada. A pequena diferença entre o quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas numa visão geral pode não ter influência na discussão aqui proposta. No entanto, ao aprofundarmos as análises correspondentes a precarização do ensino superior nas instituições públicas e levantarmos apenas o problema da defasagem do quadro de docentes e o número insuficiente de concursos públicos para a recomposição desse quadro, perceberemos como isso pode afetar na oferta das disciplinas e de seu caráter optativo e obrigatório.

Segundo as Diretrizes curriculares podemos compreender que as disciplinas fazem parte das matérias básicas juntamente com os seminários temáticos, as oficinas/ laboratórios e as atividades complementares, sendo entendidas como áreas de conhecimentos necessários para a formação profissional. Por disciplinas temos também a compreensão que “constitui-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com carga horária definida.” (ABEPSS, 1996, pág.15).

No gráfico 1 temos o quantitativo de disciplinas relacionadas pelas temáticas estudadas e no desenvolver da pesquisa nos deparamos com um grande grupo de disciplinas que discutem duas ou até três temáticas inter-

relacionando os conteúdos programáticos ou apenas agrupando em uma mesma disciplina, para esse grupo de disciplinas denominamos de Intersecção.

Gráfico 1 – Quantitativo de disciplinas por temática.



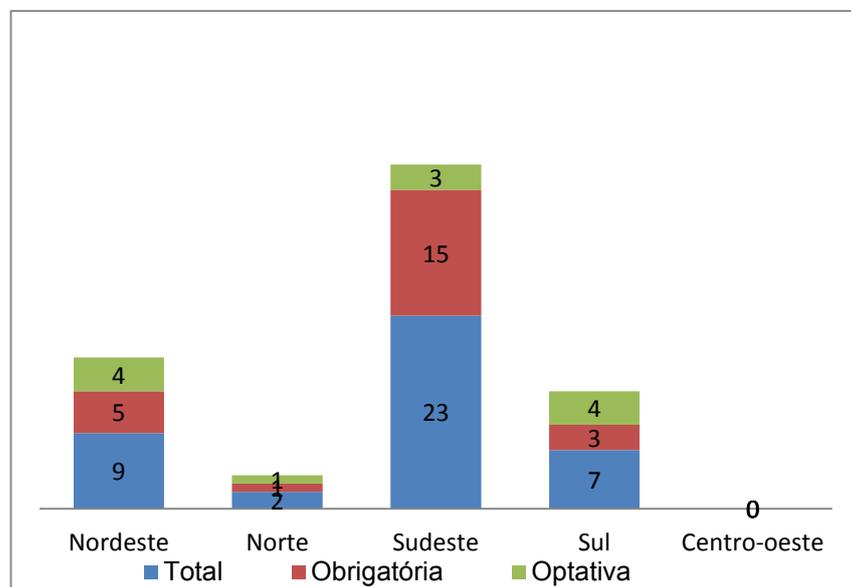
Fonte: Pesquisa documental, outubro de 2017.

Está em desenvolvimento a análise sobre as temáticas que compõem o grupo que reúne o maior quantitativo de disciplinas obrigatórias para compreendermos a lógica nas ofertas de disciplinas pelos cursos de Serviço Social ao priorizarem a junção de temáticas ligadas ao grupo das “minorias” como historicamente foram agrupadas as discussões sobre mulher, criança, adolescente, juventude, terceira idade, gênero, raça e etnia, etc. No gráfico 1 é também perceptível que as temáticas de gênero e geração são as únicas em que as disciplinas optativas superam o número das disciplinas obrigatórias.

No gráfico 2 isolamos as disciplinas que discutem apenas conteúdos programáticos da temática Raça/Etnia por região e percebemos que a região Sudeste oferta o maior número de disciplinas, seguido do Nordeste, Sul e Norte. Com relação ao Centro-Oeste não foi localizada nenhuma disciplina. Existe uma predominância das disciplinas obrigatórias estarem em maior número do que as disciplinas optativas nas regiões Sudeste e Nordeste. Na região Norte foram encontradas apenas duas disciplinas sendo 01 optativa e a outra obrigatória. A

próxima fase da pesquisa consiste em aprofundar as análises e perceber quais conteúdos programáticas estão sendo ofertados.

Gráfico 2 – Quantitativo de disciplinas da temática Raça/ Etnia por região.



Fonte: Pesquisa documental, outubro de 2017

3. Desafios da formação na construção de competência profissional.

O assistente social enquanto profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho - a partir das dinâmicas de precarização das políticas sociais e das relações de trabalho, capitaneado pelo aprofundamento das expressões da questão social na atual conjuntura brasileira -, necessita efetivar, em sua prática profissional, os elementos teóricos que estruturam a base de valores ético-políticos constituinte do projeto profissional do Serviço Social no Brasil. E isso só é possível via defesa e implementação.

Ao partimos da análise de que as discussões sobre a questão étnico-racial são invisibilizadas no espaço da formação profissional, temos que admitir uma naturalização do racismo estrutural e, nesse sentido, um esvaziamento das determinações étnico-raciais no âmbito das políticas sociais entendidas como resposta do estado à questão social, e, portanto, campo de atuação profissional do Serviço Social. Eurico (2013) ao estudar sobre a percepção do assistente social acerca do racismo institucional revelou que o profissional de Serviço Social

tem uma visão distorcida sobre os mecanismos de reprodução do racismo no interior da sociedade brasileira. De acordo com a autora,

(...) o debate sobre a *questão racial* precisa ser ampliado e sistematicamente discutido pelo conjunto da categoria profissional, mas revelou também a dificuldade dos profissionais em dar concretude ao Código de Ética profissional, pois os seus princípios são citados abstratamente, sem necessária conexão com a realidade vivenciada pela população negra. (Eurico, 2013, p. 306)

A ampliação desse debate deve perpassar a efetivação dos princípios do código de ética no cotidiano do exercício profissional. Mas, quais serão os desafios postos para o assistente social compreender, dada a nossa formação social, que condição de ser negro na sociedade brasileira implica vivenciar situações de desigualdades sociais, violências, discriminação e preconceito racial? Um primeiro desafio a ser enfrentado se vincula aos “processos de naturalização das diferenças” a que estão sujeitos os/as trabalhadores/as negros usuários das políticas sociais. Para Almeida (2013, p.138) “a naturalização do que [é] histórico ganha legitimidade pelo poder hegemônico e oculta a violência, as hierarquias (de poder nas relações sociais) produzidas por estereótipos cuja função é biologizar o que é social nas relações e práticas sociais”. Ou seja, a naturalização da condição de ser negro/a, dos/as usuários/as, na sociedade brasileira além de legitimar a tese da democracia racial nas relações sociais contemporâneas, reproduz práticas discriminatórias no seu cotidiano profissional.

Para entendermos que a reprodução de práticas discriminatórias no exercício profissional sustenta o conservadorismo no interior da profissão, precisamos compreender conceitos específicos como preconceito e discriminação racial. Para tanto recorreremos a Rocha (2016) e a diferenciação conceptual entre o racismo, o preconceito e a discriminação étnico-racial. No racismo, os fenótipos são utilizados para justificar atribuições de valores positivos ou negativos para a inferiorização de um indivíduo em relação a outro. Já o preconceito étnico-racial é um julgamento antecipado que se faz contra pessoas, grupos de indivíduos ou povos em decorrência de sua origem, cultura, religião, fenótipos ou pelo simples fato de não conhecer ou ter pouca convivência

com o diferente, ou o exótico, e se manifesta em opiniões formadas a partir de estereótipos superficiais sem nenhuma fundamentação concreta.

Por sua vez, a discriminação racial é a materialização do preconceito em ações que se manifestam no âmbito das relações sociais e se apresentam em diferentes formas e situações que reforçam o estereótipo de preconceito e de racismo. A partir da discriminação há a manutenção dos privilégios de um grupo em detrimento de outro grupo, cujos direitos são violados no que tange à exposição em situações vexatórias, ao alijamento do acesso a bens e serviços e à retirada de dignidade humana.

O segundo desafio está relacionada com o primeiro e particulariza a dimensão técnica-operativa do Serviço Social. Por ter como uma dentre as suas atribuições a execução de políticas sociais, o exercício profissional exige um grau de reflexão e ação muito grande, realizado a partir da leitura da realidade em que está inserido o sujeito que demanda o trabalho do assistente social. Assim, a leitura de realidade é essencial para a prática profissional, uma vez que é a partir dessa leitura que são elaboradas as intervenções técnicas a partir da qual se estabelece o relacionamento dos/as usuários/as com serviço social. Nesse sentido, é importante

“(...) a proposição de ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentais utilizados com suas conseqüentes interpretações dos dados; a desconstrução dos estereótipos ainda presentes no discurso profissional que, via de regra, desqualificam a população negra; o exercício da escuta qualificada como um dos caminhos para a reconstrução da trajetória dos sujeitos e para a proposição de alternativas à permanente discriminação racial (...)” (Eurico, 2013, p. 307).

A importância das trajetórias de vida dos (as) usuários (as) demarcam características particulares da sua sociabilidade que não podem ser menosprezados no processo de intervenção, a exemplo dos registros nas fichas técnicas que contém as informações sobre indivíduos e famílias. Os quesitos sobre raça/etnia, gênero e religião devem ser preenchidos na compreensão de que são dados que proporcionam visibilidade às desigualdades econômicas, sociais e culturais. Nesse sentido, Almeida (2013, p. 142) nos provoca com a seguinte reflexão:

(...) Quando não registramos ou preenchemos indevidamente a informação sobre o quesito raça/cor, ou igualmente a identidade de gênero do/a usuário/a do serviço, estamos colaborando para a manutenção do silêncio das expressões da discriminação inscritas nas expressões da questão social que se expressam na instituição. Esta discriminação, dependendo do marcador ou estereótipo, é denominada racismo institucional ou homofobia institucional.

O terceiro desafio é a aproximação e articulação com os movimentos sociais, e nesse caso os antirracistas, para possibilitar sucessivas aproximações do/a assistentes sociais com a realidade da população negra usuária das políticas públicas. Discutido por Rocha (2014, p.304), esse desafio aponta para a necessidade de conhecer os sujeitos da ação profissional e, nesse sentido, “conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu “registro de identidade”. É preciso conhecer a sua história e com ela apreender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente.”

A necessidade de uma aproximação e articulação dos/as assistentes sociais com os sujeitos coletivos organizados na defesa dos direitos sociais e das lutas antirracistas se faz urgente. A partir do reflexo que a pouca discussão a respeito de temáticas étnico-raciais na categoria tem repercutido no exercício profissional, sobretudo para os/as profissionais que atuam diretamente com políticas sociais - seja na gestão ou na execução das mesmas -, Rocha (2014, p. 304) adverte:

“Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa, etc) utilizados como instrumentos de formação.” (Rocha, 2014, p. 304).

Portanto, faz-se urgente alicerçar teórico/metodológico/ético e politicamente o/a profissional de Serviço Social para atuar nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, de maneira a intervir politicamente contra o racismo institucional e

na defesa dos direitos humanos, conforme preconiza o Código de Ética Profissional do/a assistente social.

4. Considerações Finais.

Dentro da compreensão de que a atuação profissional demanda do/a assistente social uma postura crítica diante da realidade de desigualdade do trabalhador negros dentro das desigualdades sociais da sociedade brasileira, não é errôneo dizer que este é o público que mais necessita dos serviços socioassistenciais, conforme estatística do Programa Bolsa Família comprova.

Por ser demanda historicamente requisitada ao Serviço Social, a questão étnico-racial na formação profissional se justifica “[...] por compreender que a população demandatária do Serviço Social se constitui, em sua maioria, por aqueles que experienciam cotidianamente violência étnico-racial e de gênero [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 387-388). Destarte, a formação do/a profissional que participa “[...] na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (CFESS, 2012, p. 26) deve voltar-se a compreender, desde já, os desafios e dilemas que vivenciam esses sujeitos, usuários das políticas sociais.

Por isso, o Serviço Social precisa superar os limites na análise da questão social adensando as determinações étnico-raciais. Ora, um projeto ético-político profissional apoiado em um projeto societário transformador traz como exigência a materialização da recusa ao racismo e isso passa necessária e irremediavelmente pela formação profissional do Assistente Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Apresentação. Dossiê: Marxismo e questão racial. **Margem Esquerda**, São Paulo: Revista da Boitempo, n. 27, 2 sem. 2016.

ALMEIDA, M. da S. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro, 2013.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, 2012.

EURICO, M.C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

MARTINS, T.C.S. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 10, n. 14, p. 10-17, dez. 2013.

_____. “Questão social” e Questão Étnico-Racial: pistas para o debate na formação profissional. In: Gonçalves, Maria da Conceição Vasconcelos. et al. (Orgs.). **Serviço Social no Debate Cotidiano: fundamentos, formação e exercício da profissão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p.167-195.

_____. Questão étnico-racial: seus nexos com o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. et al. (Orgs.). **Temas Contemporâneos no Serviço social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016a. p. 49-70.

MARTINS, T. C. S.; SANTOS, A. C. T. Criminalização e focalização como resposta à questão (social) étnico-racial: o visível invisível no exercício e na formação profissional do Serviço social. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. et al. (Orgs.). **Temas Contemporâneos no Serviço social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016b. p 49-70.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, 2001.

OLIVEIRA, J. M. S. **A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em serviço social das universidades federais brasileiras**. Salvador: UFBA, 2015.

OLIVEIRA, J. M. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul./dez. 2017.

ROCHA, R. da F. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M.B; DURIGUETTO, M.L. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2015. p.295-311

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2008.